



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS  
CAMPUS DOS MALÊS**

**EDMILSON RICARDO RAMOS GARCIA**

**POLÍTICA EDUCACIONAL ANGOLANA ANTE AS TENDÊNCIAS E INFLUÊNCIAS  
INTERNACIONAIS SOBRE A EDUCAÇÃO**

**São Francisco do conde  
2018**

**EDMILSON RICARDO RAMOS GARCIA**

**POLÍTICA EDUCACIONAL ANGOLANA ANTE AS TENDÊNCIAS E INFLUÊNCIAS  
INTERNACIONAIS SOBRE A EDUCAÇÃO**

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Humanidades, Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Dr. Emanuel Alberto Cardoso Monteiro

**São Francisco do Conde  
2018**

**EDMILSON RICARDO RAMOS GARCIA**

**POLÍTICA EDUCACIONAL ANGOLANA ANTE AS TENDÊNCIAS E INFLUÊNCIAS  
INTERNACIONAIS SOBRE A EDUCAÇÃO**

Projeto de pesquisa apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Humanidades, Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Aprovado em: 24/10/2018.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Dr. Emanuel Alberto Cardoso Monteiro (Orientador)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab

**Prof. M.e Emanuel Gomes Correia**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab

**Prof. Dr. Ricardo Matheus Benedicto**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab

A  
Edite Maria Ramos Gomes Garcia, minha mãe e  
José Maria Vieira Garcia, meu pai.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Jeová Deus pelo folego de vida a cada dia, por me dar forças e estar comigo em todos os momentos da minha vida, sejam eles bons e ruins.

Agradeço aos meus queridos pais, José Maria Vieira Garcia e Edite Maria Ramos Gomes Garcia, por todo incentivo e dedicação para que eu fosse a pessoa que sou hoje, jovem determinado em busca de seus sonhos. Pelas ajudas emocionais e matérias disponibilizados a mim durante o período de formação tanto em Angola como no Brasil.

Obrigada Dilza Simone Ramos Almeida, minha irmã do coração que tudo fez e faz e acredito que sempre fará coisas maravilhosas por mim, és aquela pessoa que sempre colocou seus interesses de lado para me ver bem, seu desejo de ver seu irmão triunfar sempre foi antes dos seus, e podes crer que minha vitória é sua também.

Não poderia esquecer minhas sobrinhas, Dariselma e Rebeca que serviram se incentivo emocional para que não abandonasse os estudos em momentos de puros apertos, pois a vontade de ajudar elas como me foi feito sempre esteve instalado em meu coração.

Agradeço a todos os professores por me proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do carácter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por se dedicarem a mim. Em especial meu orientador Emanuel Alberto Cardoso Monteiro pelo empenho, paciência e apoio dedicado na elaboração deste trabalho.

Por último e não menos importante, agradeço aos meus amigos que direta ou indiretamente fizeram parte desta etapa marcante de minha vida.

“O discípulo não está acima do seu mestre;  
todo aquele, porém, que for bem instruído  
será como o seu mestre”.

(Lucas 6:40)

## SUMÁRIO

<b>1 APRESENTAÇÃO</b> .....	1
1.1 PROBLEMAS .....	2
1.2 OBJETIVOS .....	2
1.2.1 <b>Objetivos Gerais</b> .....	2
1.2.2 <b>Objetivos Específicos</b> .....	2
1.3 JUSTIFICATIVA .....	3
<b>2 REFERÊNCIAL TEÓRICO</b> .....	4
2.1 ORGANIZAÇÃO POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL DE ANGOLA.....	4
2.2 LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO ANGOLANO.....	5
2.3 ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO ANGOLANO.....	6
2.4 ANÁLISE DAS POLÍTICAS NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM ANGOLA.....	7
2.5 A GLOBALIZAÇÃO E AS INFLUÊNCIAS DA UNIÃO EUROPEIA E DO BANCO MUNDIAL, NA DEFINIÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL ANGOLANA.....	9
2.6 BANCO MUNDIAL .....	11
2.7 RELATÓRIO DO BANCO MUNDIAL PARA A EDUCAÇÃO DE 5 DE MARÇO DE 2018.....	13
<b>3 METODOLÓGIA</b> .....	14
<b>4 ABERTURAS INCONCLUSAS</b> .....	17
<b>CRONOGRAMA</b> .....	<b>19</b>
<b>REFÊNCIAS</b> .....	<b>20</b>

## 1 APRESENTAÇÃO

Muito se debate, hoje em dia, o papel que a educação desempenha para o processo de desenvolvimento de um estado. Vemos cada vez mais a necessidade de ter quadros formados com competências cognitivas e sociais para alavancar a produtividade e competitividade dos sectores que mantem a economia, saúde, tecnologia de um estado em avanço. Sabendo que a educação tem um papel importante na formação de uma sociedade, neste trabalho pretende-se fazer uma análise das políticas educacionais em Angola. Tendo como tema de pesquisa: **Política educacional Angolana ante as tendências e influências internacionais sobre a educação.** A partir deste ponto de vista surge uma problemática de pesquisa, que visa saber: **Como se estrutura e organiza as principais diretrizes da atual política educacional angolana ante as tendências e influências internacionais?**

Nas últimas décadas vemos a implementação de políticas públicas em Angola, algo que podemos considerar positivo, uma vez que, as políticas públicas estão ligadas aos benefícios da população, mas, o mais importante do que saber se existe essas políticas, é saber se tem um cumprimento das mesmas pelos órgãos competentes a tais atos.

Neste trabalho vamos analisar todo processo que o governo angolano tem feito na elaboração ou formulação das políticas ligadas a educação, de acordo com o programa jurídico legal, que tem como base na Lei do Sistema de Educação (Lei 13/01 de 31 de dezembro) como ferramenta superintendente da Política Educativa nacional, estabelecidas como prioridades, o acesso, a equidade e qualidade.

É de suma importância explorar as políticas públicas, pois, em alguns casos, os estados que apresentam uma hegemonia no poder público, ficam sujeitos a decorrência da falta de transparência, e é fundamental entender como se formula essas políticas que afetam de forma direta a sua população. As políticas públicas têm como objetivos, a promoção do bem-estar, a igualdade de direitos e serviços de cada cidadão.



## 1.1 PROBLEMA

Fazer uma análise sobre políticas educacionais de uma nação, nos faz entender o contexto histórico, pois, desse modo poderemos saber os impactos, mudanças e transformações que a mesma sofreu, e desta feita averiguar se houve de fato melhorias ou um declínio, e, dependendo das hipóteses, saber as políticas educacionais implementadas ao longo dos anos. Tendo em conta esse ponto de vista, surge o seguinte problema norteador deste trabalho:

Como se estrutura e organiza as principais diretrizes da atual política educacional angolana ante as tendências e influências internacionais?

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivos Gerais

O presente trabalho tem como objetivo geral, analisar como se estrutura e organiza as principais diretrizes da atual política educacional angolana ante as tendências e influências internacionais, para poder trazer ideias inovadoras com o intuito de resolução dos problemas conjunturais e estruturais na criação de políticas educacionais.

### 1.2.2 Objetivos específicos

Afim de atingir o objetivo geral proposto, é estabelecido os seguintes objetivos específicos:

- Comprovar os paradoxos e constrangimentos da política educacional angolana.
- Perceber através do programa do atual governo as principais ações no sentido de atenuar os principais constrangimentos do sistema educativo.
- Compreender as orientações dos organismos internacionais para a educação em Angola e sua influência nas ações do governo.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

Todo e qualquer trabalho de caráter científico carece de justificativas, fatores que mostram a relevância do que será estudado. E para tal, deve-se levar em conta na formulação do problema, a importância, singularidade e a praticabilidade.

O interesse pela temática se deve aos estudos feitos na disciplina educação, sociedade e descolonização, em que foram discutidos alguns aspectos sobre políticas educacionais no contexto da globalização e com foco na realidade dos países da integração. Daí o questionamento da realidade da política educacional angolana ante as orientações e tendências internacionais.

O estudo das políticas educacionais é de grande importância, pois, é por meio do acompanhamento, planejamento e aplicação dessas políticas, que são criados programas de inserção do cidadão aos bens, serviços e direitos oferecidos pelo seu estado.

Este trabalho tem a sua singularidade, pois não se pretende fazer apenas reflexões e análises sobre as políticas educacionais em Angola, mas como também fomentar uma desconstrução no que for encontrado de hegemônico nas estruturas e organizações reguladoras e implementadoras dessas políticas

A proposta se configura dentro do contexto formativo apresentado pela UNILAB. A continuidade da investigação, contribuirá significativamente para a formação do autor desse trabalho e possibilitará aos colegas em formação o contato com um projeto de pesquisa que problematiza a realidade da política educacional angolana, por formar e preparar o terreno fértil para a novas propostas de pesquisas nessa área.

A continuidade deste trabalho será de mais valia para a sociedade angolana, pois, vai ajudar a entender as causas dos problemas que ela tem passado no setor educacional, e através disso possibilitará criar mecanismos de soluções que melhor se adequem, para um melhor desempenho.

## 2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

### 2.1 ORGANIZAÇÃO POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL DE ANGOLA

Angola, oficialmente denominada república de Angola, está situada no continente africano, a sul da linha do equador, no hemisfério oriental, com uma ampliação territorial de 1.246.700  $KM^2$ . Tornou-se um estado independente contra as forças coloniais portuguesas em 1975.

De acordo com os dados obtidos no último censo demográfico realizado no ano de 2014, estimasse que a população angolana gira em torno de 24.383.301 habitantes. De acordo com o mesmo censo realizado, estimasse que a (62,3%) dos angolanos vive em áreas urbanas e a outra metade em áreas rurais.

Os dados econômicos em Angola no ano de 2013 apontam para um crescimento do PIB, mas mesmo assim, ainda se nota a falta de investimentos no setor social, onde por exemplo, no ano de 2014 apenas (6,16%) foi o investimento para o setor educacional.

O governo angolano vem desenvolvendo algumas medidas para solucionar os problemas que afetam a sua nação. Dentre essas medidas, podemos encontrar o Plano Nacional de Desenvolvimento da República de Angola (PND), que está delimitado para os anos de 2013 – 2017. Realçar que o PND é o primeiro plano de médio prazo, que foi alavancado no âmbito da nova constituição do país.

Este programa criado pelo governo angolano, tem como objetivo, a modernização, sustentabilidade, crescimento e valorização do homem. Cada um destes aspetos mencionados, possui uma representatividade. Por exemplo, a valorização representa em primeiro lugar, a alfabetização e escolarização da população, que é de fato, o suporte para toda e qualquer formação profissional.

De acordo com os dados obtidos pelo censo de 2014, podemos constatar que, no âmbito social, apresenta-se em destaque pela positiva os seguintes fatos:

- Aumento do número de alunos no ensino não universitário (15%);
- Melhoria na taxa de escolarização (29% em 3 anos);
- Aumento do número de sala de aulas (9%);
- Alunos matriculados (68%) e de docentes do ensino superior (21%).

Apesar da constatação de um avanço significativo socialmente, os indicadores não deixam de apontar para o crescimento de aspetos negativos tais como:

- Crescimento da taxa de abandono escolar de (8.8%) para (15.5%);
- Redução da taxa de aprovação de (78%) para (72%);
- Aumento do número de casos na área da saúde. Malária com (21%); HIV (127%) e Febre Tifoide (95%).
- Redução no número de leitores na biblioteca Nacional.

## 2.2 LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO ANGOLANO

Segundo o relatório de fundamentação do texto aprovado durante a 3ª Reunião Plenária Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa da III Legislatura, prevê alargar para nove anos a gratuidade no sistema de ensino obrigatório no país, atualmente fixado em seis anos.

Pretende-se com esse alargamento assegurar os pressupostos de base para uma escolarização mais abrangente dos cidadãos em idade escolar. O diploma vai possibilitar a implementação de medidas que visam melhorar a organização, a funcionalidade e o desempenho do Sistema de Educação, bem como fortalecer a articulação entre os diferentes Subsistemas de Ensino

Trata-se de uma adequação e atualização da Lei de Bases do Sistema de Educação (Lei n.º 13/01, de 31 de dezembro) à Constituição da República de Angola, em função da evolução e experiência adquirida na sua gestão e organização, bem como em função das tendências de desenvolvimento de Sistemas Educativos no Mundo.

A Proposta de Lei reconhece a língua gestual como língua de ensino para os indivíduos com deficiência auditiva. Busca a promoção de condições humanas, científico-técnicas, materiais e financeiras para a expansão e generalização da utilização no ensino das línguas de Angola, bem como para a inserção e o alargamento do ensino das principais línguas de comunicação internacional. Vela pela organização uniforme na estruturação dos diferentes subsistemas e modalidades de ensino, clarifica a natureza, tipologia e designação das Instituições de Ensino Primário, de Ensino Secundário e de Ensino Superior.

De igual modo, clarifica o modo de financiamento das instituições dos diferentes subsistemas de ensino e define o valor das propinas, das taxas e dos emolumentos praticados nas Instituições de Ensino, com base no regime de preços vigiados. Elucida a delimitação das idades mínimas de acesso e frequência dos

diferentes níveis e subsistemas de ensino e os poderes de superintendência como modo de relacionamento do Estado com as instituições públicas de ensino, exercida por órgãos específicos do Executivo. Busca um melhor aproveitamento da força de trabalho qualificada, em consonância com os objetivos desses níveis e subsistemas de ensino.

### 2.3 ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO ANGOLANO

Angola passou um período de colonização e implantação de um regime português. Desta feita, falar da organização do sistema educativo angolano, no remete salientar como ponto de partida o sistema educativo do tempo colonial. Este sistema foi aceite até o primeiro ano letivo da nova era. Depois da independência foi implantada uma ideologia política e econômica diferente da que estava posta, com isso, teve a necessidade de alterar o sistema de educação através de reformas educativas.

A primeira reforma esteve presente no período de 1976 a 2000. Tomaram-se várias medidas tendentes ao rompimento com a cultura educacional do tempo colonial, numa ideia de se desenvolver um sistema educacional voltado para a valorização da cultura nacional.

Não existia, então, um sistema que assegurasse completamente a distribuição harmoniosa da rede escolar, uma vez que as escolas herdadas do colonialismo obedeciam a uma distribuição de acordo com os seus interesses, no Primeiro Nível do Ensino de Base. Verificou-se também um decréscimo substancial no número de escolas, devido a diferentes circunstâncias, uma das quais era a situação político-militar do país. (INIDE, 2009, p. 7).

O atual Sistema de Educação de Angola tem como ponto de partida a Lei n.º 13, aprovada e assinada a 31 de dezembro de 2001. A publicação desta lei, lança a base da segunda reforma de educação da Angola independente, que teve o seu início no ano letivo de 2004 e cuja implementação experimental se estenderia até 2015.

O Ministério de Educação é representado em cada Província por um Diretor de Província dos Serviços de Educação. Este responde perante o Ministério de Educação, em matéria de natureza pedagógica, e perante o Governador da respectiva Província, em assuntos de caráter administrativo e financeiro.

A caracterização do Sistema de Educação do país tem como esquema principal a estrutura plasmada no artigo 10.º da Secção I do Capítulo III, da LBSE (2001), que se refere à estrutura da educação; esta realiza-se através de um sistema unificado, constituído pelos seguintes subsistemas de ensino: a) Subsistema de educação pré-escolar; b) Subsistema de ensino geral; c) Subsistema de ensino técnico profissional; d) Subsistema de formação de professores; e) Subsistema de educação de adultos; f) Subsistema de ensino superior. De acordo com este mesmo artigo, o sistema de educação estrutura-se em três níveis: a) Primário; b) Secundário; c) Superior”.

## 2.4 ANÁLISE DAS POLÍTICAS NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO EM ANGOLA

É de grande relevância considerar as recomendações da declaração de Dakar no Senegal sobre o princípio mundial da Educação para todos em Angola no período de 2001 – 2015, para entendermos as políticas educacionais que foram implementadas, bem como o seu impacto e resultados obtidos.

Sabe-se que, esta documentação foi concebida com o objetivo de conhecer o prognóstico a curto, médio e longo prazo do sistema de educação, com o intuito de responder os problemas sobre acesso e qualidade nos subsistemas de aprendizagem.

Em 2011 foi feito um diagnóstico do Plano Nacional de Educação para Todos em Angola (PAN-EPT), para avaliar os progressos e retrocessos desde a implementação. Ficou evidente que as medidas e ações propostas não foram cumpridas na totalidade, por problemas que se assinalam de caráter conjuntural e estrutural.

No ano de 2014, o Ministério da Educação em Angola, juntamente com o apoio da UNICEF, fez uma avaliação de médio prazo fase a implementação da PAN – EPT de 2001 – 2005. Em resultado a esta avaliação foram identificados várias irregularidades e dificuldades na execução das ações previas, merecendo destaque os seguintes fatores:

- Deficiente qualidade dos professores;
- Falta de equipamentos de ensino;
- Não acompanhamento e controle da ação educativa;

- Falta de meios financeiros;
- Falta de transportes;
- Problemas ligados a política de administração e gestão p[ública.

Não para por aí, verificou-se ainda ausência de mecanismos de controlo social e de transparência, que permitiriam a monitoração e acompanhamento dos planos, programas e as atividades educativas criadas pelo estado angolano.

Vendo estes resultados negativos, o Ministério da Educação, decidiu assim, fazer um reajuste do PAN – EPT e a forma que ele atuaria face aos novos desafios de desenvolvimento de Angola, até ao ano de 2025. Mas o PAN – EPT prevê ações parciais até o ano de 2020, havendo assim, a necessidade de uma avaliação de seu impacto a médio e longo prazo.

Neste âmbito o Ministério da Educação com foco nas políticas de implementação de Educação Para Todos define como estratégias para o Sector:

- A criação de um quadro jurídico legal fundamentada na Lei de Bases do Sistema de Educação (Lei 13/01 de 31 de dezembro) como instrumento regulador da Política Educativa nacional, definidas como prioridades o acesso, a equidade a qualidade.

Com a complexidade de desafios sociais e com o avanço em um ritmo lento para alcançar a transparência pública ideal, saber o que são políticas públicas e sua importância é algo essencial pois, elas estão ligadas ao planeamento do setor público, e a qualidade deste e sua efetivação, estão ligadas com a qualidade de vida da sociedade.

As políticas públicas afetam todos os cidadãos independente do grau de escolaridade, sexo, raça, religião e nível social. Para exemplificar, as ações em prol da educação em uma cidade, estado ou em todo território nacional é tida como uma política pública voltada para o setor educacional, onde podemos denominar esta como política pública educacional.

É importante perceber que, a política pública tem um viés político, onde decisões envolvem conflitos de interesses, e um viés administrativo, pois são fundamentais para a criação de melhorias em favor a sociedade.

As políticas públicas são caracterizadas pelos adiantamentos das condições democráticas, que estão intimamente ligadas às disposições institucionais do governo, face a necessidade de dirigibilidade.

Sousa (2003, p. 13) apresenta sua reflexão sobre o que seria políticas públicas:

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que o como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real.

Assim sendo, políticas públicas é o conjunto de programas, ações e decisões tomadas pelos governos com a participação, direta ou indireta de entes públicos ou privados, isso com o intuito de assegurar determinado direito de cidadania para vários grupos da sociedade ou determinado segmento.

Todos os dias vão nascendo novas epistemologias, novas formas de se ver e entender o mundo. Seguindo essa linha de pensamento, Azevedo (2003) apresenta relevantes contribuições sobre as políticas públicas.

Segundo Azevedo (2003, p.38) a “política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”. Assim de acordo com a definição de Azevedo, a sociedade civil, não se responsabiliza diretamente na criação bem como na implementação das políticas públicas. Embora que, grupos podem se organizar socialmente para formar estratégias políticas com objetivo de que sejam criadas novas políticas públicas ao seu favor.

## 2.5 A GLOBALIZAÇÃO E AS INFLUÊNCIAS DA UNIÃO EUROPEIA E DO BANCO MUNDIAL, NA DEFINIÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL ANGOLANA.

Falar da educação em si, seria algo muito amplo para retratar as políticas educacionais, assim, faz-se uma observação mais específica de como se configura, projeta ou idealiza a educação.

Para propor uma educação de qualidade, é de fundamental importância vermos a democratização do ensino como uma forma a definir as funções social e isso deve aparecer com evidência nas diretrizes curriculares e nos diferentes documentos que definem a política educacional.



A globalização tem sido um influenciador no papel que o Estado exerce no processo de ensino, aprendizagem bem como na implementação da política educacional. Apesar de ser um termo muito recorrente, encontrar uma definição que melhor se enquadra nem sempre é o mais viável, pois, a noção de globalização apresenta vários usos bem como uma diversidade de sentidos.

Em temas de internacionalização, a palavra global pode ganhar uma conotação que venha descrever as relações transfronteiriças entre os países, onde a globalização aponta o crescimento da interdependência, bem como as trocas internacionais. Para Hirst e Thompson, (2002 p. 247) Os ideais da globalização são “[...] processos que promovem a interconexão internacional [...] aumentando os fluxos de comércio, investimento e comunicação entre as nações”.

É necessário entender os diferentes discursos sobre a globalização, essa atitude nos ajudará a evitar um olhar centralizado, e por sua vez, será uma fonte de enriquecimento de novas formas de conhecimento de tal fenômeno.

A globalização é tida como um fenômeno que tem o intuito de unificar o mundo em um âmbito econômico, que é fortemente controlada por uma minoria de países denominados como (G-8). Esses países são potências mundiais, que influenciam as decisões políticas dos demais países.

Isto se dá pelo fato de que, esses países, possuem um alto índice econômico, altas tecnologias bem como um dos fatores mais importantes desta hegemonia que está ligada ao poder militar, tais países possuem um grande arsenal bélico. As suas decisões são pronunciadas por meio das Organizações das Nações Unidas (ONU).

Nesse contexto, os organismos internacionais, especialmente o Banco Mundial, apresentam como propostas de financiamentos, algumas exigências para a sua efetivação, mas essas exigências e condições para financiamentos sempre vêm atreladas às supostas soluções para as políticas educacionais, o que pode dificultar grandes mudanças. Neste sentido, entende-se que, nas relações institucionais entre o Estado e as grandes agências internacionais, nem sempre existem possibilidades de releituras e grandes adaptações das ações instituídas, que permitem um agir com autonomia em relação ao que se quer para o país, devido à imposição. Seguindo essa linha de pensamento, Lopes (2004, p.116):

Para se utilizar o espaço de recontextualização existente, é preciso construir outras concepções que se afastem da interpretação economicista da educação, e aproveitem os híbridos culturais para uma tentativa de desconstruir hierarquias estabelecidas.

Determinados marcos globais e locais precisam ser intelectual e politicamente enfrentados, inserindo-se neles outros sentidos sintonizados com um projeto político-social que vise, ao menos, a diminuição das diferentes formas de exclusão no mundo capitalista.

A política educacional, como é obvio, vai além de meras propostas documentadas, ela é, sobretudo, definição de aspectos culturais, valores, formas de produção de conhecimento, a melhor maneira para o entendimento do mundo e a definição de quais conhecimentos são mais significativos, levando em consideração a atualidade da sociedade e as suas perspectivas futuras (MONTEIRO, 2012).

## 2.6 BANCO MUNDIAL

No princípio dos anos após a sua formação, o Banco Mundial tinha um viés secundário no Sistema Internacional, mas isso veio a alterar no período dos anos 70, onde o Banco Mundial assumiu um importante papel no financiamento mundial para o sector social.

Com a evolução e as mudanças no cenário internacional, observou-se a necessidade de alargar a função do Banco. Durante conflitos que afetaram o Sistema Internacional, o Banco Mundial posicionou-se a favor dos países suburbanos, tendo isso se evidenciado no processo de estabilização destes países, alavancado pelo Banco com o intuito de estabelecer programas de ajuda e fornecendo empréstimos. Embora vemos este espírito neocomunista, o grande objetivo que nem sempre é assinalado foi a ampliação do sistema capitalista.

O FMI inicialmente obteve a função de órgão regulamentador e político enquanto que o Banco Mundial possuía a função técnica e financeira dos projetos com finalidade específica. Mas o cenário mudou nos meados dos anos 1970, onde o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), passou a ter uma forte inclinação para o lado político social, preocupando-se com as questões de justiça social nas nações periféricas.

As questões de desigualdade de classes sociais, preocupavam o BIRD, pois, eles acreditavam que isso poderia gerar uma pressão em busca de benefícios econômicos e sociais. Assim sendo, a prioridade passou a ser a educação básica.

[...] diminuir os encargos financeiros do Estado na área da educação, em consonância com as políticas de ajuste. Para tanto, recomendam-se medidas

voltadas para a privatização dos níveis mais elevados de ensino, especialmente o superior. A prioridade dos recursos público deverá voltar-se para o ensino primário, garantindo-se, dentro deste limite inicial, a universalização do acesso à educação (FONSECA, 1997, p. 56).

O Banco Mundial julgava que, tornar a educação básica central, seria o melhor caminho para garantir a estabilidade de um sistema. É sabido que o Banco Mundial tinha interesses na manutenção da supremacia dos países centrais. Mas não podemos esquecer a importante contribuição a educação com os seus financiamentos.

Além do Banco Mundial, Angola e muitos outros países africanos, faziam parte das colônias portuguesas, em detrimento desse fator, possuem um relacionamento próximo com Portugal e, este último, teve forte influência na definição das políticas educacionais e sobretudo políticas curriculares dos diversos setores do ensino. Sem sombra de dúvidas, Portugal ainda tem um papel influenciador mesmo que seja em uma menor proporção. Mas o que entra em sena é a Europa, especialmente quando tende a colocar na prática o processo de Bolonha que influenciou não só o ensino superior, mas também todos os níveis de ensino. Ainda cabe frisar que isso foi feito dentro de um contexto de reestruturação da união europeia e, portanto, tinha os princípios subjacentes, de dominar o ensino superior e todo sistema educativo ao mercado.

Nesta visão, cabe salientar que, o processo de Bolonha não só influenciou o espaço europeu, mas também influenciou muitos países, a despeito que inicial não se vislumbrava essa influência. No sentido das políticas educacionais, Angola acaba por absorver esses princípios que precisam ser questionados a partir da cultura e da realidade sócio histórico.

Existem indicações que mostram a influência de Bolonha em Angola, a educação é um direito humano e uma ferramenta essencial para o alcance dos objetivos de igualdade, desenvolvimento e paz. Por isso, desde o limiar da Independência Nacional, o Governo de Angola definiu como uma das suas principais prioridades em 1978, uma nova Política Educacional, baseada no princípio da igualdade de oportunidades.

É importante trazer atenção a este contato, pois a aculturação em muitas vezes é o principal causador pela desintegração de várias culturas. Isso pode acarretar sérios problemas no que toca as mudanças dos elementos presentes em

determinada sociedade, ocorrendo uma desorganização social, o que pode fazer desaparecer de forma total ou parcial, as configurações próprias anteriores a esta fusão.

## 2.7 RELATÓRIO DO BANCO MUNDIAL PARA A EDUCAÇÃO DE 5 DE MARÇO DE 2018

De acordo com o Relatório do Banco mundial publicado em 5 de março de 2018, África pode solucionar a sua "grave crise de aprendizagem", mas tem de se concentrar no acesso e na qualidade.

**DAR ES SALAAM, 5 de março de 2018** - África enfrenta uma "grave crise de aprendizagem" que mina o crescimento económico e o bem-estar dos seus cidadãos, de acordo com um novo estudo do Banco Mundial.

A região já fez progressos consideráveis tendo aumentado de forma significativa as inscrições na escola primária e secundária, mas cerca de 50 milhões de crianças ainda não frequentam a escola, e a maioria das que frequentam a escola não conseguem adquirir as competências básicas necessárias para terem êxito mais tarde na vida.

No entanto, na maioria dos países e apesar de rápidos progressos, as crianças mais ricas, urbanas e rapazes têm a taxa mais elevada de acesso à educação secundária.

*"Disponibilizar uma educação básica de grande qualidade para as crianças na região é uma necessidade económica, assim como um imperativo moral", disse **Jaime Saavedra, Diretor Sénior do Banco Mundial para a educação.** "*

O estudo apresenta passos concretos para quatro áreas prioritárias: disponibilizar uma educação básica universal com o foco no acesso equitativo, qualidade e retenção; garantir uma gestão eficiente e apoio aos professores; aumento do financiamento para uma educação de qualidade; e incentivar a capacidade institucional.

Especificamente, o relatório pede aos países para se focarem no progresso dos alunos e no "engarramento" nos primeiros anos, onde as crianças ficam retidas durante muitos anos com uma aprendizagem deficiente, e são frequentemente ensinadas num idioma que não entendem. Garantir uma frequência

regular dos alunos, reduzir a repetição dos anos e o número de alunos em cada turma, e implementar uma política de idioma de ensino são fatores importantes para garantir uma aprendizagem básica. O estudo também recomenda a eliminação dos exames muito importantes entre a escola primária e secundária para garantir a progressão dos alunos.

O estudo realça a necessidade de um melhor apoio aos professores, especialmente relativamente às questões relacionadas com o recrutamento, preparação, distribuição, supervisão, e apoio ao nível das escolas. As políticas devem lidar com as taxas elevadas de absentismo e falta de conhecimentos e capacidades dos professores, com enfoque em programas melhores e mais eficientes para a preparação dos professores, apoio no trabalho e incentivos.

### 3 METODOLOGIA

*Não, não tenho caminho novo. O que tenho de novo é o jeito de caminhar. Aprendi (o caminho me ensinou) a caminhar cantando como convém a mim e aos que vão comigo. Pois já não vou mais sozinho.*  
Thiago de Melo

Uma pesquisa pode ser definida como um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico, de forma a se descobrirem respostas para problemas por meio do uso de procedimentos científicos. (Gil, 1985).

A escolha do método a ser utilizado na pesquisa deve ser em função da adequação do mesmo ao que se pretende estudar. Não se trata de fazer juízo de valor ao melhor método, porque cada um tem sua especificidade.

De acordo LUDKE e ANDRÉ (1986), a pesquisa é uma atividade ou ocasião privilegiada através da qual o pensamento e a ação de uma pessoa ou um grupo delas se juntam no esforço de elaborar e organizar o conhecimento da realidade; e deverá servir para a composição de propostas de soluções de problemas.

Para fazer uma pesquisa científica faz-se necessário confrontar as evidências, as informações coletadas sobre o objeto de estudo e o conhecimento teórico acumulado.

Demo (2000, p. 152) deixa patente o verdadeiro sentido das metodologias qualitativas ao afirmar que:

Em parte, definem-se como metodologias alternativas porque buscam salvaguardar o que a metodologia dura joga fora, por não caber no método, sendo isso por vezes o mais importante na realidade [...] existe o interesse de apanhar também o lado subjetivo dos fenômenos, buscando depoimentos que se transformam em dados relevantes [...] a pesquisa qualitativa quer fazer jus a complexidade da realidade.

Como vimos anteriormente, este trabalho tem como objetivo analisar como se estrutura e organiza as principais diretrizes da atual política educacional angolana ante as tendências e influências internacionais, para poder trazer ideias inovadoras com o intuito de resolução dos problemas conjunturais e estruturais na criação de políticas educacionais. Com isso a pesquisa terá um caráter predominante qualitativo.

Para atingir os objetivos propostos, serão levados em conta alguns documentos legais (Constituição da República de Angola, Lei de Bases do Sistema Educativo, Plano Estratégico, Plano Nacional de Educação para Todos, Relatório do Banco Mundial, da UNESCO, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico -OCDE, entre outros documentos relevantes para a análise.)

Ela ajudará a produzir dados por meio de investigações que são retiradas do estudo de documentos, pessoas, lugares, ou então, aos processos que procuraremos estabelecer as devidas interações, para entender os problemas propostos para estudo.

Entre os tipos de pesquisa qualitativa existentes, neste trabalho ganhará destaque a pesquisa documental.

A escolha do tipo de pesquisa documental foi dada pelo fato de que, ela nos permite um estudo de fatos ou pessoas que não teríamos como estabelecer contato, por motivos temporais ou de distância, e por possuir uma natureza diversa de apuração de materiais.

Na perspectiva de Cellard (2008, p. 295)

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o

único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente.

A observação documental favorece o entendimento do processo de evolução dos indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros. (CELLARD, 2008).

Kelly apud Gauthier (1984: 296) apresenta um olhar sobre a análise documental:

Trata-se de um método de coleta de dados que elimina, ao menos em parte, a eventualidade de qualquer influência – presença ou intervenção do pesquisador – do conjunto das interações, acontecimentos ou comportamentos pesquisados, anulando a possibilidade de reação do sujeito à operação de medida.

Para este trabalho, sendo que utilizaremos a pesquisa documental com base ao método qualitativo, a observação de conteúdo apresenta-se como o ideal, pois ela está direcionada a compreensão aprofundada das informações, transpassando os seus significados imediatos.

De acordo com Franco (2005, p. 14):

A análise do conteúdo, assenta-se nos pressupostos de uma concepção crítica da linguagem. Linguagem aqui entendida, como uma construção real de toda sociedade e como expressão da existência humana que, em diferentes momentos históricos, elabora e desenvolve representações sociais no dinamismo interacional que se estabelece entre linguagem, pensamento e ação.

Segundo Monteiro (2011, p.26) “A análise de conteúdo tem por base a mensagem que no seu bojo expressa significados, quer se apresentem de forma explícita ou não, e que não podem ser tomadas em consideração sem se reportar ao contexto inicial dela”.

Assim ao fazer a análise pretende-se tomar cautela necessária para não descontextualizarmos a realidade sob investigação e nem fazer análises forçadas sobre a fenômeno em questão.

A análise e interpretação das informações obtidas passarão por um processo de elaboração muito cuidadosa. De acordo com as ideias de Franco (2005) apud Monteiro (2011, p.27), para analisar as informações, dois passos são essenciais e devem ser dados com bastante cuidado para garantir a fidelidade no processo analítico: a elaboração de uma **unidade de análise**, que se divide em **unidade de registro** (palavra, tema, personagem e item) e **unidade de contexto**,

essa última “pode ser considerada como o ‘pano de fundo’ que imprime significado às unidades de análise. Assim, para este trabalho será utilizada a unidade de registro – tema, que pode ser: uma simples sentença, parágrafo ou conjunto deles e em articulação com a unidade de contexto.

#### **4 ABERTURAS INCONCLUSAS**

É de conhecimento que um projeto de pesquisa é um trabalho com véis científico, elaborado antecipadamente a uma investigação, que norteará o modo de proceder do pesquisador, bem como a que resultados se pretenderá chegar.

Assim, este projeto será de fundamental importância para a realização da pesquisa que se pretende desenvolver e concluir futuramente, visando responder a problemática e atingir os objetivos propostos. E como uma estratégia utilizada para alcançar tais resultados, será necessário dialogar com mais autores negros, angolanos e de outros países de língua portuguesa que são especializados nos debates ou problemática aqui apresentada, isto por questão da representatividade da população predominante em Angola e pelo fator de vivência, pois ele dá uma propriedade no lugar de fala a quem vivência tal realidade. Entretanto não desconsiderando outras experiências de autores que poderão ajudar a elucidar melhor o objeto de pesquisa tais: Jefferson Mainardes que trabalha com ciclo de políticas e especialmente Stephen Ball que trabalha com políticas educacionais com foco especial em políticas de currículo, Carlos Alberto Torres que trabalha com tema de Estado, privatização e política educacional, Rosa Maria Torres que trabalha com a análise crítica das estratégias e propostas do Banco Mundial para melhorias na educação.

É notório que este trabalho já consegue apresentar informações importantes que dão uma visão antecipada da problemática. Pois, já foram extraídos alguns dados, argumentações e comparações de autores, bem como algumas informações de documentos que apresentam um vislumbre da realidade do que se pretende estudar.

Mesmo com o desenvolvimento das informações apresentadas neste trabalho, é imprescindível não dar por concluído esta pesquisa, isto porque ainda constata, uma complexidade no estudo bem como na análise dos dados ligados a



problemática, necessitando assim uma investigação mais aprofundada para atingir um resultado final, o que é característico ou natural de um projeto de pesquisa.

É necessário desconstruir as visões pré-estabelecidas ou hegemônicas para atingir um estado realista dos reais enfrentamentos na sociedade. Assim, ao longo da investigação, adotaremos uma dinâmica que visa dialogar com novos autores, um senso crítico e imparcial dos argumentos encontrados, diversificar a busca de informações baseadas na metodologia proposta para investigação.

## 5 CRONOGRAMA

<b>Atividades</b>	<b>Mar</b>	<b>Abr.</b>	<b>Mai</b>	<b>Jun.</b>	<b>Jul.</b>	<b>Ago.</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Nov.</b>
Elaboração do projeto	<b>X</b>	<b>X</b>							
Entrega do projeto			<b>X</b>	<b>X</b>					
Pesquisa bibliográfica				<b>X</b>	<b>X</b>				
Coleta de Dados					<b>X</b>				
Apresentação e discussão dos dados						<b>X</b>	<b>X</b>		
Conclusão								<b>X</b>	
Entrega do TCC								<b>X</b>	
Defesa da banca								<b>X</b>	<b>X</b>

## REFERÊNCIAS

ANGOP. Luanda: **Angola: Aprovada Lei de Bases da Educação**; acesso em 27 de setembro de 2018. Disponível em:

<[www.angop.ao/angola/pt\\_pt/noticias/politica/2016/7/32/Angola-Aprovada-Lei-Bases-Educacao,6a8cabea-564f-45a9-a672-039c30b1100f.html](http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2016/7/32/Angola-Aprovada-Lei-Bases-Educacao,6a8cabea-564f-45a9-a672-039c30b1100f.html)> acessado em 28/08/2018.

AZEVEDO, Sérgio de. **Políticas públicas**: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

COMUNICADO à IMPRENSA. The World Bank; acesso em 28 de setembro de 2018. Disponível em: [www.worldbank.org/pt/news/press-release/2018/03/04/africa-can-tackle-its-severe-learning-crisis-needs-to-focus-on-access-and-quality-says-world-bank](http://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2018/03/04/africa-can-tackle-its-severe-learning-crisis-needs-to-focus-on-access-and-quality-says-world-bank)

DEMO, P. **Pesquisa**: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 2000.

FONSECA, M. **O Banco Mundial e a gestão da educação brasileira**. In: OLIVEIRA, D. A (org.) Gestão Democrática da Educação: desafios contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 1997.

Exame nacional 2015 da Educação para Todos: Angola

Gil, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. **O futuro da globalização**: Cooperação e conflito, 2002, 37.3: 247-265.

INIDE, (2009). **Informação sobre a Implementação do Novo Sistema de educação. Reforma Educativa do Ensino Primário e Secundário**. Inclui a Lei de bases e o Decreto de lei n.º 2/05. Ministério da Educação da República de Angola. Luanda: INIDE.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. Temas básicos de educação e ensino. São Paulo: EPU, 1986

MONTEIRO, Emanuel A C. **Política de formação inicial de professores do ensino básico cabo-verdiano**: um estudo a partir do instituto pedagógico. Dissertação

(Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 2011

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9.

SOUSA Santos Boaventura. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Civilização brasileira, 2003.